

## A construção da cultura mercantil da universidade brasileira – uma aproximação histórica<sup>1</sup>

*João dos Reis Silva Júnior\**

Resumo: O presente artigo procura mostrar, no contexto da história recente do Brasil, como está sendo produzida a atual cultura mercantil e neopragmática da instituição universitária, em contradição com a universidade, cuja cultura a identificava como aquela que se punha na condição de consciência institucional e crítica de seu tempo histórico. Para consumir seu objetivo, o autor busca mostrar a origem da natureza institucional da universidade no Estado Moderno, bem como a sua organização, consequência desse traço institucional. Argumenta que tal organização, derivada do ordenamento jurídico e institucional, é formal e abstrata e que somente se torna concreta quando se considera a história da instituição. Conclui que a universidade brasileira passa por um momento de transição cultural e que, caso nada seja feito em contrário, ela poderá não apenas transformar-se em uma instituição prestadora de serviços a bom preço, bem como constituir-se em uma excelente agência formadora de indivíduos úteis, individualistas e apáticos.

Palavras-chave: Reforma do Estado, reforma universitária, o público e o privado na educação superior, pragmatismo e adaptação.

Abstract: This article intends to show how, in the context of contemporary Brazilian history, the present commercial and neopragmatic culture of the university institutions is being produced, in opposition to a previous culture which assumed university as bringing an institutional and critical consciousness of its time. In order to meet his objectives, the author tries to show the origin of the institutional nature of the University in the Modern State, as well as its organization as a result of this institutional trait. He argues that such organization, which comes from a juridical and institutional prescription, is formal and abstract, becoming real only when the story of the institution is taken into consideration. The article is concluded with the argument that the Brazilian University is undergoing a cultural transition and that, if nothing is done to stop it, it may become an institution which renders services for good prices, as well as an educational agency that prepares useful, individualistic and apathetic individuals.

Key words: State reform, university reform, the public and private in higher education, pragmatism and adaptation.

\* Professor da Universidade Federal de São Carlos. jr@power.ufscar.br

1. Este artigo toma por referência o livro de autoria de João dos Reis Silva Jr. e Celso João Ferretti, intitulado "O Institucional, a Organização e a Cultura da Escola", a ser publicado no presente ano pela Editora Xamã.

## Introdução

A discussão sobre a cultura da instituição universitária brasileira hoje deve considerar, necessariamente, pelos menos três amplos campos que a constituem: sua natureza institucional derivada do ordenamento jurídico do Estado moderno, sua organização específica que aí se origina e sua história. A natureza institucional da universidade e sua especificidade têm o mesmo itinerário da discussão da natureza institucional e a especificidade de todas as instituições, que, como o próprio substantivo indica, instituem a sociedade em determinado período histórico. Em nosso caso, para o objeto deste texto: a modernidade. Instituir a sociedade significa produzir os traços culturais que dão unidade às relações sociais e também instituir o *Pacto Social Burguês* neste período aludido, por meio da materialidade da prática social. Isso nos remete a buscar a origem do institucional, para bem entendermos tal dimensão da instituição que é foco deste breve texto: a universidade brasileira.

A instituição universitária na modernidade, com sua forma organizacional histórica e seus objetivos sociais — historicamente a ela atribuídos — de contribuir para a manutenção e regulação do *pacto social* deste momento da humanidade e, ao mesmo tempo, constituir-se na condição de consciência crítica de seu tempo histórico, tem sua origem na produção do Estado moderno. Portanto, as qualidades que lhe conferem identidade são produzidas pela primeira vez na sua origem. Isso implica dizer que, ainda que com modos diferentes de existência, a identidade histórica de tal instituição deve ser buscada no institucional, na organização derivada desse institucional e na cultura do Estado moderno.

Para fazermos mais uma aproximação de nosso objeto expresso no título deste artigo, buscaremos nos apropriar das reflexões de Locke, pensador de insuspeitável orientação liberal, sobre o público, o privado e o estatal.

Para acercarmos-nos do pensamento de Locke a respeito do Estado, é necessário partir da discussão sobre o inatismo ou não das idéias, posto que tal noção, no crepúsculo do feudalismo e do absolutismo, teria dado sustentação ao também inatismo do poder, idéia-força da manutenção da monarquia. Poder-se-ia identificar um sem-número de influências de muitos pensadores que combateram o absolutismo e o inatismo das idéias e, obviamente, do poder. No entanto, o que nos parece mais marcante em tais *constructos teóricos* são as contribuições de John Locke (1632-1704), presentes em duas de suas obras — *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* e o *Segundo Tratado sobre o Governo*, ambas publicadas em 1690, em seguida à *Revolução Gloriosa*, que produziu as bases materiais econômicas do liberalismo, o qual seria institucionalizado pela *Revolução Americana* de 1776 e pela *Revolução Francesa* de 1789, cujos atores tiveram neste pensador uma de suas principais influências. Locke escreve, como um dos princípios do *Segundo Tratado...*:

Considero, portanto, poder político o direito de fazer leis com pena de morte e, conseqüentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade, e de empregar a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da comunidade de dano exterior; e tudo *tão-só em prol do bem público* (LOCKE, 1991, p. 216, grifos nossos).

Para Locke, toda idéia (conhecimento) teria sua origem na percepção e nos sentidos, não sendo, portanto, imanente ao homem ou inata. Segundo ele,

A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato. Consiste numa opinião estabelecida entre alguns homens que o entendimento comporta certos *princípios inatos*, certas noções primárias, *koinai' énoiai*, caracteres, os quais estariam estampados na mente do homem, cuja alma os recebera em seu ser primordial e os transportara consigo para o mundo. Seria suficiente para convencer os leitores sem preconceito de falsidade desta hipótese se pudesse apenas mostrar (...) como os homens, simplesmente pelo uso de suas faculdades naturais [como o trabalho e suas práticas no cotidiano], podem adquirir todo conhecimento que possuem sem a ajuda de quaisquer impressões inatas e podem alcançar a certeza sem quaisquer destas noções ou princípios originais (LOCKE, 1991, p. 13).

Trabalhando no plano lógico, sem buscar fundamentos na história, o filósofo combaterá com base nessa tese todos os defensores do inatismo das idéias. Por outro lado, no âmbito da política, Locke combaterá também todo poder inato. Para ele, todo poder político teria passado a existir a partir de um momento histórico, quando os homens – ainda em seu estado natural (não diferenciado da natureza) – fizeram um pacto para organizarem a forma de convivência; desse pacto derivaria o poder político e suas formas de realização, constituindo-se o Estado em sua instituição maior<sup>2</sup>: aquela que configuraria todas as demais instituições da sociedade em direção do bem comum, para a continuidade do

2. Locke, por meio de sua construção teórica, procurava mostrar que o poder político e o Estado emergem da sociedade e a ela deveriam, portanto, submeter-se. Sua formulação na obra citada é mais detalhada. Nossa apropriação das reflexões de Locke tem como objetivo mostrar a emergência da institucionalidade e sua relação com o ordenamento jurídico, para diferenciar a educação escolar como a única realizada numa instituição escolar. No entanto, nossa formulação aqui feita apresenta a questão de forma rápida, o que nos impõe algum detalhamento desse processo, por outra via, com base nas relações sociais entre os seres humanos que tomam materialidade numa prática. Nas sociedades de cultura oral, as relações que se estabelecem entre os seres humanos, num primeiro momento são derivadas e orientadas de forma exterior ao homem. São os fenômenos naturais e a apropriação que estes seres humanos fazem deles

gênero harmonia de um determinado estágio societal e evitar um estado de guerra que produziria a potência de desaparecimento do ser humano. Com base nesses argumentos, Locke desenvolveu suas idéias liberais, especialmente em seu *Segundo Tratado sobre o Governo*.

No estado natural, para Locke, todos nascem iguais, racionais e em liberdade; as leis da natureza encontrar-se-iam igualmente nas mãos dos indivíduos, não existindo, ainda, o espaço comunal (LOCKE, 1991, p. 217). Os homens estabeleceriam sua identidade por meio da razão, com vistas à preservação da paz e dos direitos dos outros. Um dos direitos naturais considerados por Locke, ainda que não inato, seria a propriedade, pois *seria* derivada do trabalho, este considerado por ele como uma extensão do próprio corpo do ser humano, do que decorria, para ele, a condição de um direito natural da propriedade (LOCKE, 1991, p. 228).

No entanto, no estado natural, os direitos de igualdade, liberdade e propriedade, em razão da complexificação dos modos de vida do ser humano por meio do trabalho simples e de seus resultados, poderiam ser ameaçados, dado que alguns homens favoreceriam mais a si e a seus amigos, provocando, a partir de então, um estado de guerra.<sup>3</sup> Isto contrariaria o estado natural, bem como os próprios direitos desse estado, daí Locke deduzir a necessidade de superação, pelo homem, desse

---

que regem suas relações, de modo que uma hierarquia de poder ou uma cultura que tivesse o homem como sujeito era impensável; menos ainda instituições tomar-se-iam perenes para construir, consolidar e regular um pacto social, dando origem a um poder político. Porém, num segundo momento, o ser humano tem saberes e saber-fazer, que foram acumulados aleatoriamente em função de reações aos fenômenos da natureza. São saberes incorporados ao homem que ainda não tem consciência da posse desse saber. Como veremos adiante, a característica do ser humano de *ser e ser na consciência* é muito pouco desenvolvida e o gnosiológico joga peso relativo na formação humana. Vale destacar, contudo, que, com o distanciamento do *ser* e o *ser na consciência*, a dimensão gnosiológica se amplia, possibilitando um conhecimento da sociedade, tornando o ser humano mais social e aumentando a potência de construção do conhecimento. Este seria o momento em que o ser humano tem consciência da sua posse do saber, o que aumenta a distância entre o *ser* e o *ser na consciência*. Isso possibilitará um maior acúmulo de conhecimento e a ampliação do gnosiológico na formação humana que, num processo gradativo e contraditório, produzirá a cultura escrita. A implicação que deriva deste fato é relevante para se compreender uma condição necessária, ainda que não suficiente, para a emergência do pacto social e do poder político. Nesse momento o saber é objetivado, passível de ser registrado e transmitido pelo ser humano, buscando-se, assim, sua reiteração na sociedade por meio de instituições que assegurassem o pacto social (Cf. VINCENT et al., 2001).

3. "O estado de guerra é um estado de inimizade e destruição; é, portanto, um estado que declara desígnio inalterável e calmo com relação à vida de outrem, por meio de palavra ou ação, não apaixonado ou precipitado e o coloca em estado de guerra contra aquele a quem declarou semelhante intenção, expondo de tal maneira a vida ao poder de outrem, a qual poderá ser arrebatada por aquele ou por qualquer outro a que a ele venha juntar-se a defendê-lo, esposando-lhe a causa: sendo razoável e justo possa eu ter o direito de destruir aquilo que me ameaça de

estado natural. Para ele, “é razão decisiva que os homens se reúnam em sociedade deixando o estado de natureza”, tendo como objetivo estabelecer um poder político terreno que emerja da sociedade e a ela se submeta, para excluir-se “a continuidade do estado de guerra” (LOCKE, 1991, p.224).

Nesse momento, os homens fariam um pacto social e criariam a sociedade política para a preservação dos direitos naturais, ou seja, o pacto social seria feito no estado natural, com o objetivo de que a sociedade política pudesse garantir os direitos de igualdade, liberdade e propriedade de qualquer indivíduo, independente de suas condições naturais. Não haveria renúncia dos direitos naturais em favor dos governantes, como o queria, por exemplo, Hobbes<sup>4</sup>: haveria um pacto para a preservação dos direitos de todo cidadão. O poder dos governantes, portanto, derivaria da sociedade, que a eles o outorgaria.

As atividades executivas e legislativas do indivíduo em estado natural transferir-se-iam para a sociedade. Esta, portanto, seria a base e o limite do poder político dos governantes, isto é, o processo de criação do pacto social e de criação do poder político, como transferência do ato de governar, por outorga da sociedade, constituir-se-ia em espaço comunal construído por esse pacto social. Nesse momento histórico, o institucional com as suas marcas históricas desse tempo teria sido produzido pelos e para os seres humanos. No Estado estaria toda a origem histórica do institucional de qualquer instituição ou organização da sociedade. A existência humana precedeu a produção histórica do Estado moderno e de suas instituições para a construção, regulação e consolidação do *pacto social* (LOCKE, 1991, p. 225, grifos nossos) Convém aqui destacar desde logo que o público identifica-se com a sociedade, dando origem, de um lado, ao poder político que se materializará no Estado; de outro, o público torna-se o termo antitético do privado (sobre o qual refletiremos a seguir) no âmbito da sociedade. Disso se pode concluir que a natureza institucional da universidade, assim como do Estado moderno e o poder político por ele exercido, emergem da sociedade e a ela devem submeter-se. Por essa razão, desde a criação do Estado e particularmente do Estado moderno, existe uma contradição histórica entre público e o privado em qualquer esfera de atividade humana, especialmente no Estado moderno. O que implica dizer sobre a predominância de pólo da contradição ou do seu antitético em função de como se organiza a sociedade, de

---

destruição, pois pela lei fundamental da natureza, devendo-se preservar o homem tanto quanto possível quando nem tudo se pode preservar, dever-se-á preferir a segurança do inocente; e pode destruir-se um homem que nos vem fazer guerra ou descobriu inimizade à nossa existência, pela mesma razão que se pode matar um lobo ou um leão, porque tais homens não estão subordinados à lei comum da razão, não tendo outra regra que não a da força e da violência, podendo assim ser tratados como animais de presa, criaturas perigosas e nocivas que com toda certeza nos destruirão sempre que lhe cairmos nas mãos” (LOCKE, 1991, p. 222).

4. Cf. Hobbes, 1979, especialmente, a Segunda Parte.

como o cidadão pensa, age e se organiza para fazer a máxima de que o Estado moderno, o institucional, o poder político e a cultura que sedimenta o pacto social na modernidade, tendo emergido da sociedade, a ela também se submeta.

Estabelece-se, assim, nessa forma histórica de produção da vida humana, uma contradição que permeará toda atividade dos indivíduos no âmbito da sociedade e do Estado, mediado pelo poder político: a contradição entre público e privado, destacando, neste momento, dada a organização social, o termo público dessa contradição. Na modernidade, portanto, não cabe pensar no fim do público ou do privado, mas em organizar a sociedade para que a contradição entre o público e o privado seja sempre superada em direção ao público, “em prol do bem público” (LOCKE, 1991), isto é da sociedade. No entanto, por se tratar de contradição historicamente produzida que se põe especialmente no âmbito do Estado por mediação do poder político, o nível e a forma da organização da sociedade levarão o poder político em direção ao público ou ao privado em todas as esferas, especialmente no Estado, posto que ele definirá a matriz política, teórica e ideológica das políticas públicas para a sociedade.

Na mesma linha de continuidade deste raciocínio, posto que o público identifica-se com a sociedade, com a organização do Estado e com o poder político exercido pelos governantes, cabe à sociedade, na perspectiva liberal, cuidar para que o poder político a ela se submeta, embora o pólo público da contradição seja sempre o mais forte, em razão de suas características de origem histórica.

Se o contrário realizar-se será por vontade política da sociedade, que pode não estar tendo clareza da sua constituição histórica, em sua vida cotidiana, por estar embasando seu *modus vivendi* numa visada de mundo que mais oculta do que revela e apresenta o Estado como uma instituição autônoma sem sua âncora na própria sociedade. Isto se põe especialmente nos dias atuais, quando a sociedade se apresenta com uma “segunda natureza”, sem nenhuma ligação, ainda que mediada, com a materialidade das práticas humanas em sociedade.

Com base em Lukács e com alguma liberdade, poderíamos localizar nesta transição a acentuação do salto ontológico para o ser social, com fundamento no ser exclusivamente biológico (indiferenciado da natureza), sem, obviamente procurar entender o que tanto se buscou na evolução humana: o *Elo Perdido*, em nossa opinião algo que não passa de ficção. Por meio do trabalho simples, o ser humano elevou o nível de complexidade de viver no estado natural, produzindo, neste processo, sua sociabilidade e a objetividade social. No mesmo processo elevou cada vez mais a complexidade da objetividade social e de si, criando complexos sociais que, sem mediações, nos podem parecer autônomos em relação a qualquer materialidade e assim uma verdade inquestionável, como o Estado, o Legislativo, o Judiciário, as Leis, a Cultura, a Ciência, a Arte, a Política, a Educação,

etc. O caráter institucional das esferas sociais deriva daí. Por isso é imprescindível apreender, com Locke, as relações entre o público, o privado e o estatal, para entendermos a emergência do institucional.

Sempre que, portanto, qualquer número de homens se reúne em uma sociedade de tal sorte que cada um abandone o próprio poder executivo da lei da natureza, passando-o ao *público*, nesse caso e somente nele haverá uma sociedade civil ou política. E tal se dá sempre que qualquer número de homens, no estado de natureza, entra em sociedade para constituir um povo, um corpo político, sob um governo supremo, ou então quando qualquer indivíduo se junta ou se incorpora a qualquer governo já constituído; porque por esse meio autoriza a *sociedade* ou, o que vem a dar no mesmo, o poder legislativo dela fazer leis para ele conforme o exigir o *bem público da sociedade*, para a execução das quais pode-se pedir-lhe o auxílio, como se fossem decretos dele mesmo. E por este modo os homens deixam o estado de natureza para entrarem no de comunidade; estabelecendo um juiz na Terra, com autoridade para resolver todas as controvérsias e reparar os danos que atinjam a qualquer membro da comunidade, juiz esse que é o legislativo ou os magistrados por ele nomeados. E, sempre que houver qualquer número de homens, associados embora, que não possuam tal poder decisivo para o qual apelar, estes ainda se encontrarão em estado de natureza (LOCKE, 1991, p. 249-250, grifos nossos).

O público e o estatal<sup>5</sup> põem-se, assim, como realidades distintas para Locke. O estatal é derivado do público e, ao mesmo tempo, a ele submetido, razão pela qual o homem, por meio do pacto social, constituiu-se em sociedade e o institucional fez-se com o Estado moderno. Assim, o público e o institucional só se fazem na conjugação com o Estado e na condição de os dois últimos submeterem-se à sociedade. Não há, portanto, sentido em se falar de institucional e de Estado na ausência do público, núcleo da central da sociedade.

Retomamos, aqui, o espaço do privado, considerando-o como corolário do exposto acima, isto é, circunscrito ao âmbito das possibilidades de ação dos indivíduos, singulares e coletivos, porém em conformidade com o poder legislativo, por sua vez derivado do público, bem como do institucional, e a ele submetido. Assim, mesmo uma universidade, ainda que privada, é uma instituição escolar ou

5. Destaca-se que, para Locke, o público é pertença da sociedade civil, enquanto que o estatal refere-se ao governo. Para ele, o segundo se origina no primeiro e a ele se submete.



uma instituição universitária no caso da educação superior (LOCKE, 1991, p. 268). Sua organização, seus conteúdos, etc., são institucionais, por mais flexíveis que sejam.

Vale ressaltar, no entanto, que as organizações em geral que emergem da e na sociedade civil, o fazem com um objetivo determinado como o lucro, a filantropia, o assistencialismo, a divulgação ideológica, etc. e, findo tal objetivo, outros são postos a elas e, segundo seus novos objetivos, sua organização altera sua identidade.. Por isso, as organizações derivadas do institucional diferem das derivadas da sociedade civil. Em razão de sua origem no Estado, a organização universitária com origem no ordenamento educacional (formal por consequência), é subsumida, de forma contraditória ao institucional. O institucional e a organização formal da universidade, por mediação da cultura universitária, relacionam-se, resultando na organização da universidade historicamente concreta.

Somente desta forma, a instituição universitária poderia não apenas contribuir para a construção e regulação do pacto social que garanta os poderes instituídos com a revolução burguesa, mas também pôr-se como consciência crítica de seu tempo histórico, e, com eles, assegurar os direitos naturais de igualdade, liberdade e propriedade, nas suas muitas formas históricas. Pode-se concluir, por esta via, que o institucional deriva do político que, assim entendido, orienta as relações sociais, carregando consigo toda sua densidade histórica, de sua produção pelo ser humano, consequentemente, produzindo a um só tempo as formas e a cultura organizativa que conformarão tais relações, que adquirirão materialidade nas práticas sociais do ser humano, por meio dos processos de apropriação e objetivação da cultura já produzida pelo gênero humano. Entendemos, assim, o institucional da universidade, que carrega consigo todas as diferentes temporalidades históricas desde sua origem, por meio da apropriação e da objetivação produzidas na cotidianidade de qualquer instituição ou organização da sociedade — isso que entendemos por cultura universitária — que se põe no centro da identidade dessa instituição com aproximadamente dez séculos. O que nos leva a ficarmos perplexos diante das mudanças repentinas que os reformadores estão a propor para a Universidade Brasileira. No mínimo, tornaram-se discípulos do funcionário de Estado *estadunidense* Francis Fukuyama e do filósofo do mesmo país Richard Rorty.

Tais processos históricos de constituição da modernidade, mas, particularmente, do Estado moderno e da universidade pública produziram as diferentes temporalidades históricas datadas distintamente e que se apresentam simultaneamente numa mesma prática social, na especificidade das instituições da sociedade: a saúde, no hospital; a produção da mercadoria, nas organizações empresariais na esfera econômica; a formação humana e a socialização do conhecimento produzido pela humanidade pela via do processo de construção e socialização do conhecimento na universidade.



Os processos complexos intrínsecos à prática social, que se materializam num amplo complexo de valores orientam as escolhas das alternativas dos indivíduos em suas práticas e constituem a cultura na qual vivem, produzem e a reproduzem, produzindo e reproduzindo, assim, a si a e ao gênero humano. Em acréscimo, permitem igualmente construir o conhecimento que tem o ser humano [...] das causalidades que põem em movimento cada uma dessas esferas nas quais vivem, tais como existem nas instituições ou organizações de que se constitui a sociedade.

O institucional, a organização e a cultura imbricam-se na construção histórica da instituição universitária, orientados pelos objetivos historicamente produzidos para ela. O ordenamento jurídico educacional de cada instituição educacional traz em si as diferentes temporalidades históricas que se amalgamaram por meio de seus sucessivos processos de organização, tributários da cultura universitária que aí se constituiu. Este amálgama é potência em cada momento da prática universitária e influenciará tanto as apropriações quanto as objetivações que definem tal prática e tal cultura. Tais apropriações e objetivações, individuais ou coletivas, contribuirão para constituir a identidade de cada universidade, ainda que, numa rede, haja similaridade entre elas.

Por outro lado, cada ser humano, por sua história de vida, multideterminada, constituiu-se como ser humano único. Essa unicidade social far-se-á presente em toda instituição ou organização de que fizer parte. Assim, na universidade os conflitos e contradições podem ser analisados e eventualmente explicados a partir das relações que se estabelecem no âmbito da cultura institucional dessa maneira entendida.

O ordenamento jurídico-burocrático do Estado moderno institui a universidade com base no princípio liberal de que a educação é um direito de todos e dever do Estado. O curso das transformações da educação superior e da universitária relaciona-se de forma muito próxima, mas não direta, com as transformações pelas quais passou o capitalismo desde sua origem até os dias atuais. A história das mudanças político-educacionais pode mostrar muito da história dessa forma de produção da vida humana durante a modernidade.

Nessa perspectiva, a qualidade da educação que ocorre na especificidade da instituição universitária — naquela instituição social que produz e reproduz o conhecimento acumulado pela humanidade, com vistas a garantir o institucional do Estado moderno e a um só tempo a sua crítica — é um meio de consolidação normativa do processo contraditório de formação do ser humano segundo os objetivos desse Estado.

A universidade, no seu concreto, resulta, portanto, do amálgama entre sua dimensão institucional e sua cultura específica, historicamente construída. Este amálgama se produz e se faz presente nas práticas universitárias (em cujo centro se encontram os processos de apropriação e especialmente de objetivação), elemento

central por meio do qual a instituição realiza os processos de formação social do indivíduo e socializa o conhecimento produzido pela humanidade, ao mesmo tempo em que se reproduz socialmente.

Diante do que se expôs até então, torna-se fundamental, de um lado, tornarmos claro o que entendemos por cultura universitária; de outro, dado este entendimento, buscarmos os elementos históricos brasileiros que embasam a construção do que estamos denominando de *Cultura Mercantil da Universidade Brasileira nos Governos FHC-Lula*. Para isso, primeiro buscaremos indicar nosso entendimento da *Cultura Universitária* com base na refinada teoria da *prática social* de Lukács para, em seguida, ainda que de forma breve, buscarmos sua historicidade no Brasil.

### Sobre a cultura universitária

Lukács insiste na impossibilidade da existência de uma prática social tão somente no plano gnosiológico, ainda que dele jamais a prática possa prescindir, pois ela somente tem sentido na sua relação com a objetividade social. Esta, por sua vez, por meio do trabalho e da prática humanos, torna-se, cada vez mais, uma objetividade social, distanciando-se, pois, da natureza, ainda que o homem jamais possa suprimi-la de seu ser e do contexto social onde vive. Ao mesmo tempo, a prática social, acentuando a legalidade dos fatos sociais e de suas relações e afirmando a esfera da *reprodução social*, ainda que fundada no trabalho, nunca mais a ele poderá ser reduzida, em face do próprio movimento da história, isto é, no desenvolvimento da humanidade vai sendo produzida a esfera da reprodução social, com sua autonomia relativa.

O autor insiste que uma possível práxis teórica sem relação orgânica com a objetividade social ou a natureza não muda a racionalidade do processo histórico, nem da sociedade – o domínio do público – em que vive o homem<sup>6</sup>. Assim, é impotente para a transformação humana do ponto de vista das categorias sociais que o formam, bem como para a legalidade dos movimentos sociais, do que decorre que, se a objetivação não se realiza com sucesso, a apropriação no sentido ontológico sequer chegou a existir. Isto é, não se operam nem transformações sociais, nem, menos ainda, a complexificação da sociabilidade humana ou a formação social do indivíduo. No entanto, o gnosiológico se intensifica na direção do *télos* daquela prática.

Um segundo momento da prática, a objetivação, é o momento do trabalho e da prática social em que a teleologia e, nela, a *apropriação*, tornam-se causalidade posta pelo ser humano. Isto é, a causalidade com identidade e legalidade próprias,

6. Aqui parece existir o embrião de uma crítica a uma psicologia instrumental e adaptativa que, ainda que considere o alto e complexo grau da teoria, não põe o social como um elemento fundamental da formação do ser humano.

no âmbito da objetividade social, é transmutada por meio da prática social. A objetivação é a articulação da teleologia com a materialidade da objetividade social. Nesse momento da prática – a objetivação – o ser social incorpora muitas *generalidades em si*, o que é resultado de práticas sociais que já foram realizadas na história humana e encontram-se à disposição na natureza e na objetividade social. Tais *generalidades em si* podem ser a linguagem, costumes de um grupo social, ou até idiossincrasias de família. Por outro lado, as *generalidades em si* também podem ser materiais, tais como móveis e utensílios, um sofá, uma receita culinária e muitos exemplos que aqui poderíamos desfilarmos.

Mas o que importa fixar, agora, são dois pontos. O primeiro é que tanto as *generalidades em si* simbólicas, quanto materiais realizadas são resultados de práticas sociais já efetuadas em tempos históricos diferentes, e que, no momento da objetivação da prática social, colocam-se de forma simultânea entre eles (diferentes tempos históricos), e com a objetividade e os meios produzidos do tempo presente da prática social. Há aí, portanto, postos simultaneamente numa mesma prática, diversos tempos históricos, do que sempre derivam desencontros, conflitos e contradições. Em acréscimo, na prática social põem-se para o ser social, também simultaneamente, o diacrônico e o sincrônico, como decorrência do que foi dito anteriormente.

Esse fato relatado, em que diferentes temporalidades históricas sempre estão presentes simultaneamente numa mesma prática, nos mostra como o ser humano vai construindo sua história de vida, bem como a história do gênero humano na sua prática. O segundo aspecto deriva desse primeiro. Na prática, com a condensação das diferentes temporalidades históricas e a apropriação de *generalidades em si* e *modos de ser*, o ser humano produz a si e ao gênero humano por meio da cultura, que também é incorporada, atualizada, e o resultado da prática, preenche dessa densidade histórica, torna-se nova *generalidade em si* e *novos modos de ser*. Assim, entendemos a cultura como formadora do ser humano, historicamente e com base na materialidade produzida pelo ser humano ao longo da história do gênero humano. Na síntese de Rössler:

(...) o processo de constituição individualidade humana se dá a partir da apropriação da cultura, isto é, dos produtos materiais e simbólicos da atividade histórico-social dos homens, acumulados de forma objetiva ao longo da história. Em outras palavras, a formação do indivíduo se realiza a partir da apropriação das objetivações que compõem o gênero humano (...) num dado momento histórico. Por outro lado, a apropriação pelos homens destas objetivações (apropriações dos produtos da atividade humana) faz, por sua vez a mediação dos próprios processos de objetivação, isto é, dos processos de produção e reprodução desta mesma cultura.

Pelos processos o indivíduo torna seu, transforma em parte do seu ser, aquilo que foi produzido (objetivado) por outros indivíduos ao longo da história. É na relação entre os processos de objetivação e apropriação que o indivíduo se auto-produz e se reproduz, ao mesmo tempo produzindo e reproduzindo, portanto, a própria cultura humana, tanto na sua dimensão natural quanto simbólica. Isto significa que os processos de objetivação e apropriação constituem-se na mola propulsora tanto do desenvolvimento sócio-histórico do indivíduo, quanto do desenvolvimento da sociedade, do gênero humano. [em diferentes níveis de formação do ser social] (ROSSLER, 2003, p.26).

Estabelecida a base conceitual para o entendimento da atual Cultura Universitária, que se acentua com os procedimentos jurídicos e institucionais do Governo Lula, buscaremos, brevemente, o entendimento de sua reforma universitária como mais um momento histórico de construção da cultura mercantil universitária, alterando com isso a identidade da Instituição Universitária.

#### A construção da cultura da instituição universitária no Brasil de Lula: um olhar próximo

O Governo de Fernando Henrique Cardoso teve, no centro de suas propostas políticas, a construção e o fortalecimento da cidadania e o aumento das possibilidades de emprego, projeto tornado público por meio dos discursos dos reformadores ou de seus arautos, com grandes espaços e tempos na mídia, mediante o alardear da construção do novo cidadão brasileiro, cujo perfil teria como pilares o *modelo de competência e da empregabilidade*, em meio a uma intensa mudança institucional e a construção de uma nova *organização social*, induzido por um novo paradigma de Estado, cuja racionalidade encontrava-se vazada por valores mercantis (Cf. SGUISSARDI; SILVA JR, 2001).

Tratava-se, sem dúvida, de um projeto político muito convincente, não fosse a conjuntura mundial e brasileira; neste último caso, com seus traços acentuados na segunda metade da década de noventa: 1) a disseminação do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial; 2) a desnacionalização da economia brasileira; 3) o desmonte da industrialização brasileira; 4) a transformação da estrutura do mercado de trabalho; 5) a terceirização e a precarização do trabalho em função de sua reestruturação; 6) a reforma do Estado e a restrição do público conjugada com a ampliação do privado; 7) a flexibilização das relações trabalhistas; 8) o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente dos sindicatos e partidos políticos; 9) o trânsito da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, a tendência ao

desaparecimento dos direitos sociais do trabalho; e 10) o movimento de transferência de deveres do Estado liberal e de direitos sociais e subjetivos do cidadão daquele para a sociedade civil: a *privatização política*.

Fernando Henrique Cardoso, num movimento de atualização de sua *Teoria da Dependência*, em sua prática política, governou conforme o capital financeiro internacional, preocupando-se tangencialmente com o capital nacional industrial e com o fortalecimento de um capital produtivo brasileiro (na acepção de Marx).

Por outro lado, face à desmobilização da sociedade civil — ocorrida na década de 1980 — gerenciou (mais do que governou) o País desconsiderando-a, ou, no mínimo, considerando-a de forma parcial, em face de sua frágil organização, além de incentivar a emergência das *organizações não governamentais* (ONGs). Neste mesmo movimento consolidou o *hiperpresidencialismo*, como forma de governo, isto é, uma hipertrofia do Executivo, em detrimento dos demais poderes da República. Com isso tornou frágil ao máximo o capital nacional, destacadamente o industrial, redesenhou a sociedade civil, instituindo as ONGs como interlocutoras principais, transferindo deveres do Estado e direitos sociais subjetivos do cidadão para a sociedade civil, porém, sob seu controle e avaliação. Um movimento que produziu um novo paradigma de políticas públicas: as políticas públicas de oferta a serem executadas na sociedade civil em geral pelas ONGs, o que, ao lado das reformas institucionais (com destaque para a reforma educacional) executadas, redesenhou nossa sociabilidade e criou condições para a produção de um novo paradigma político orientado pela instrumentalidade, a adaptação e a busca do consenso (traços culturais assumidos pela atual política defendida pelo presidente Lula por meio de seu *Pacto Social*<sup>7</sup>). Tal quadro se completa quando se observa a

7. Um Pacto pela Cidadania (Oded Grajew) No momento em que o pacto social volta à agenda do País, recordo-me da viagem que organizei para Israel, em 1997, pelo PNBE, Pensamento Nacional das Bases Empresariais. Reunimos, de forma absolutamente inimaginável para a época, dez empresários, o presidente e o secretário-geral da CUT, Jair Meneguelli e Gilmar Carneiro, e Luiz Antonio de Medeiros, presidente de uma central sindical rival. Fomos para conhecer o pacto social israelense que acabou com a inflação de 30% ao mês. Lembro-me do papel fundamental de Lula que, apostando desde aquela época na construção de um pacto social, empenhou-se comigo para quebrar resistências e preconceitos. Se olharmos a relação dos países com os melhores indicadores sociais, econômicos e de desenvolvimento humano, percebemos que todos têm em comum uma longa tradição democrática. A democracia desses países mais desenvolvidos passou do estágio de representativa, em que os cidadãos apenas votam e transferem aos eleitos a total responsabilidade pelos destinos da comunidade, para uma democracia participativa, na qual os eleitos e os cidadãos compartilham dessa responsabilidade. Portanto, quando falamos de um processo permanente que envolve toda a sociedade numa série de negociações e acordos sobre assuntos que interessam à comunidade, é uma cultura política que acredita na participação da sociedade e na negociação como formas de lidar com os conflitos, construir a paz social, consolidar a democracia e produzir melhores resultados a curto e longo prazos. (...) (FOLHA DE SÃO PAULO, dia 3 de novembro de 2002, p.A3).

sua submissão às agências multilaterais, a ponto de chegarmos ao final do primeiro semestre de 2002, gastando vários salários mínimos de R\$200,00 por segundo para pagar, com o *superávit* primário, somente os juros de nossa política e impagável dívida externa. Em acréscimo, em 2003, o atual Diretor do Banco Central Henrique Meireles informou que gastamos R\$147 bilhões, enquanto nosso Produto Interno Bruto caiu 0,2%, no mesmo ano.

Lula assumiu a Presidência da República do Brasil em tal contexto com esmagadora maioria de votos e a confiança de todo um povo e das agências multilaterais que tanto influenciaram seu antecessor, tendo como plataforma eleitoral o já referido pacto social. Nesse quadro conjuntural indaga-se: como as rupturas e continuidades dessa proposta política nos ajudam a compreender a lógica das políticas atuais para a educação superior no País, interferindo no processo de construção de uma Cultura Mercantil?

Lula, em face de sua própria trajetória, desde sindicalista a atual presidente da República do Brasil, sempre esteve próximo da sociedade civil organizada, por meio de movimentos sociais que procuravam estabelecer condições para um paradigma de políticas públicas de demandas sociais. Basta analisarmos seu itinerário desde a emergência do *Novo Sindicalismo*, no final da década de 1970, passando pela criação do Partido dos Trabalhadores, até 1998, quando é derrotado em primeiro turno por Fernando Henrique Cardoso. Nesse momento, o Partido dos Trabalhadores parece redesenhar-se numa direção mais pragmática no jogo político eleitoral brasileiro, como indica, por exemplo, a sua aproximação com *Pensamento Nacional das Bases Empresais*, registrado na primeira nota deste texto. Qual parecia ser, então a nova equação política do partido que viria proporcionar-lhe a sua vitória nas eleições presidenciais de 2002?

Tal equação parece centrar-se na continuidade dos mesmos padrões de FHC no que se refere ao capital financeiro internacional; daí porque lermos reiteradamente na mídia os elogios das agências multilaterais não apenas à política econômica do governo Lula, mas também aos expedientes utilizados para a contenção da inflação — especialmente no que diz respeito ao aumento da taxa básica dos juros e da tributação dos trabalhadores, principalmente. Por outro lado, ainda que com uma redesenhada sociedade civil, Lula procura diálogo para governar, mostrando, neste caso, uma ruptura com FHC. Nesse mesmo movimento, aproxima-se do capital nacional, buscando, de um lado, o fortalecimento do capital produtivo industrial (já articulado com o capital financeiro nacional e internacional) e, de outro, em consequência disso, o crescimento econômico brasileiro. O objetivo é, com base num *status* político e econômico mais forte, buscar reverter o quadro de submissão ao capital financeiro nacional e internacional produzido pelo monetarismo de Pedro Malan. Nessa base parece residir a lógica do *Pacto Social* de Lula, com conseqüências para a política de ciência,

tecnologia e inovação tecnológica e também para a esfera educacional, especialmente para seu nível superior. Um *Pacto Social* que busca o consenso entre antagônicos, que tem a orientação pragmática do capitalismo financeiro mundializado, situação que exige estrutural reforma das instituições em direção ao mercantil, como já buscava legitimar Hayek em seu *Caminho da Servidão*, na década de 1940 (Cf. SILVA JR, 2003).

Carlos Vogt, presidente da FAPESP — certamente uma das agências com maior capacidade de financiamento à pesquisa, especialmente às que se vinculam à ciência, tecnologia e inovação tecnológica — inspirado na obra *Does Education Matter? Myths about Education and Economics Growth*, de Alison Wolf, refere-se à educação em encarte especial de março de 2003, da *Revista Pesquisa* da referida agência de fomento, da seguinte forma:

Num mundo de economia globalizada, de um pragmatismo financeiro a toda prova, de um finalismo utilitarista sem precedentes, de uma violência urbana e de uma urbanização da violência incomuns, cabe ainda a oposição, presente em várias línguas e que remonta à Antiguidade clássica, entre cidade e campo como topônimos analógicos de civilizado, polido em oposição a rústico e inculto?

Depois de indagar sobre os “topônimos analógicos supostamente antagônicos”, o presidente da FAPESP discorre sobre sua falsidade, trazendo para sua discussão muitos de nossos intelectuais ligados à educação, e finaliza:

Sem propósitos culturais, morais e intelectuais, a educação perde seu caráter civilizatório e reduz-se a mero *expediente de oportunidade, e mesmo de oportunismo social na competição desenfreada pelas vagas do mercado*. Para diminuir esse aspecto utilitarista da cultura e da educação é preciso aumentar a oferta de trabalho, reduzindo as conseqüências perversamente sistemáticas das economias globalizadas no que diz respeito à distribuição de renda e à justiça social. *Para países como o Brasil, ainda em compasso de emergência, o problema se agrava, entre outras coisas, pelo baixo índice de produção tecnológica e inovação competitiva nos mercados internacionais, por falta de agregação de conhecimento, de valor de nossos produtos de exportação*. Desse modo, cumpre-nos, mais do que nunca, a todos os atores sociais ligados à educação e à produção científica e tecnológica, governos, instituições de ensino e de pesquisa, agências de fomento, a sociedade civil, como um todo, trabalharmos pela universalização do conhecimento, com propostas eficazes para solucionar, em número e qualidade, esta que é a expressão mais grave da alta



concentração da riqueza, de um lado, e da disseminação globalizada da pobreza material, de outro: a exclusão social (VOGT, 2003, p.59, grifos nossos).

É interessante analisar as procedentes argumentações de Vogt à luz da equação política que busca orientar a governabilidade do presidente Lula para, então, entender o lugar e as finalidades reais da educação brasileira, com destaque para a superior, em suas duas modalidades: graduação e pós-graduação e, especialmente, a radical mudança cultural da instituição universitária. Algumas questões são básicas e relevantes na visão do presidente da FAPESP: a importância da ciência, da cultura, da educação e das instituições que a produzem. Nisso reside total identidade com o que é pretendido pelo projeto político nacional para o Brasil proposto pelo Governo Lula. No entanto, se levarmos em consideração a articulação política de Lula entre capital nacional e trabalho — buscando produzir traços culturais prenhos do mercantil e da convergência, para a realização de política de negociação em direção ao consenso, do qual emergiria o crescimento econômico e um maior cacife para o embate com o capital financeiro nacional e internacional —, as assertivas tornam-se pólos opostos de uma contradição.

A produção da ciência, da tecnologia e da inovação é posta como centro da dinâmica para o crescimento econômico, e todo sistema educacional é subordinado à economia por mediação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica, enquanto a cultura e a educação como elementos civilizadores são colocadas em segundo plano, não por vontade de Vogt, mas por força das alianças realizadas para a eleição, de um lado, e o jugo do capital financeiro internacional, de outro. Há aqui uma atualização da *Teoria do Capital Humano* com rasgados traços de *neopragmatismo*, num movimento mercantil de formação humana pretendida nessas complexas relações, o que, talvez, explique as razões de a FAPESP financiar predominantemente pesquisas relacionadas a uma aplicação imediata dos seus resultados, em geral produtos das “áreas duras” da ciência brasileira. Bastaria fazer um estudo das próprias matérias publicadas pela revista da renomada Agência para se ter uma representação do fato. Isso mostra, desde pronto, pelo menos duas características das políticas públicas para a instituição universitária no Brasil, na direção da cultura mercantil e pragmática, além de mundializada: o maior investimento em pesquisas com resultados imediatos e uma necessária eficácia na aplicação dos recursos voltados predominantemente para o fortalecimento do capital nacional industrial e agropecuário, o que privilegiaria as “áreas duras” em detrimento das ciências humanas, dentre elas a educação. Além disso, exigiria do sistema de pós-graduação respostas eficazes e rápidas, dada a natureza imposta pela necessária competitividade no mercado mundial. Por outro lado, tais características de que se revestiria a pós-graduação brasileira afetariam de chofre todas as áreas, independentemente de suas especificidades, pondo como vilãs da

história as ciências humanas, com destaque para a educação superior, que busca pôr-se como consciência crítica de seu tempo histórico, o que implica dizer de seu necessário distanciamento para o exercício da crítica, ao mesmo tempo em que contribui de forma funcionalista nas inovações e na crítica *neofuncionalista* nesses tempos de governo popular democrático.

No mesmo encarte sobre a educação brasileira vista pelos gestores das políticas de ciência, tecnologia e educação, tem espaço para um texto do nosso ex-Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral que, depois de mostrar o quadro de desigualdade social no mundo e no País, credita-o de forma predominante à ausência da educação desenvolvida nos países e regiões pobres, bem como à ausência do domínio da ciência e tecnologia. É, ainda, a velha argumentação — “a distribuição da riqueza entre nações está fortemente correlacionada com o domínio da tecnologia” — de que o bem estar dos cidadãos seria a consequência imediata do desenvolvimento da ciência, o qual resultaria em desenvolvimento tecnológico, aumentando nossa capacidade de gerar empregos pelo aumento de nossa competitividade no mercado mundial, para o que concorreria, de forma central, a educação — na formação de mão-de-obra e na produção científica —, especialmente em seu nível superior. Nas suas palavras:

É fundamental dotar o sistema educacional de capacidade efetiva para a qualificação da força de trabalho do país. Ainda mais sem a implantação de um sistema de C&T efetivamente inovador – e não apenas adaptador de novidades –, o Brasil não conquistará posição efetiva no mercado globalizado, podendo perder o controle do próprio mercado nacional, deixando escapar no horizonte visível a perspectiva de superação da dependência do capital, do qual a tecnologia é a expressão mais refinada. O domínio da tecnologia só pode se dar com a existência, no país, de um corpo de técnicos e cientistas capacitados para a criação ou a assimilação dos seus princípios. A formação de recursos humanos e a capacidade para identificar oportunidades estratégicas é condição *sine qua non* para esse domínio. A preparação em C&T começa com a busca, ainda na escola fundamental, de jovens com talento para a carreira e prolonga-se com a iniciação científica nos cursos de graduação e pós-graduação (AMARAL, 2003, p.61-62).

O Ministro deixa clara a subordinação da educação à economia, com o fito de fortalecimento dessa última para tornar o País competitivo no mercado mundial; e vai além, preocupando-se com a perda do controle do mercado interno face às desregulamentações realizadas por FHC e ao quadro jurídico-institucional por este construído, em cuja base se encontra o capital financeiro nacional e

internacional. Isto é, a institucionalidade do próprio Estado reformado nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso sob a batuta de Luiz Carlos Bresser Pereira é estruturada por meio de orientações mercantis. Mais: as reformas educacionais da era FHC, da educação infantil à pós-graduação, foram pensadas de conformidade com a matriz teórica, política e ideológica do que apresentamos anteriormente, no que se refere às continuidades e rupturas da transição FHC-Lula e da reforma do Estado brasileiro.

No que toca aos constrangimentos para a Pós-Graduação e ao sistema de Ciência e Tecnologia — sobretudo de Inovação Tecnológica —, no movimento de transição predominou antes a continuidade do que as necessárias rupturas, apesar dos benefícios do desenvolvimento científico. Se, nesse rasgo de tempo de pouco mais de uma década, observamos a extensão mercantil internacionalizada no campo acadêmico, não se pode deixar ao largo a história deste momento social. Nele há diversas temporalidades históricas que se conflitam e produzem a regularidade da cultura mercantil da Universidade Brasileira. Senão, vejamos.

A construção da cultura da instituição universitária no Brasil de Lula:  
um olhar mais distante

A história recente do Brasil é permeada por freqüentes continuidades e rupturas, impondo alterações na estrutura do Estado, na sociedade civil e na constituição do cidadão brasileiro. Múltiplas reformas institucionais realizaram-se desde a década de 1950 até estes primeiros anos do século XXI. Tais reformas, em geral com origem no Estado, buscavam mudanças nos múltiplos processos de construção da sociabilidade humana, buscando fazê-la adequada à forma histórica assumida pelo País, para o que concorria, de forma profunda, a educação brasileira — no nosso caso, nesse período, a educação superior, especialmente a cultura da Instituição Universitária.

O golpe militar de 1964 concretizou-se como o resultado de contradição entre o econômico e o político: contradição entre um processo socioeconômico que buscava a internacionalização da economia brasileira e uma ideologia nacionalista da maioria da classe política, vale dizer, de parte do PSD e do PTB. O golpe significou, portanto, uma ruptura política para a continuidade socioeconômica. Esse triste evento impôs drásticas e profundas modificações nas estruturas sociais, por meio de processos coercitivos, com o objetivo de pôr em movimento transformações superestruturais. Isto é, pôs em movimento a transformação, pela força, da racionalidade da política brasileira, para a continuidade de um projeto para o Brasil, em cujo centro predominava a economia atrelada ao capital internacional. É importante destacar aqui: 1) a primazia econômica atrelava-se ao capital internacional, no projeto dos militares e 2) decorrente do item “1”, as relações econômicas e seus

valores pragmáticos e mercantis, desde aí, já se põem na natureza institucional do Estado, e, conseqüentemente, para o ordenamento jurídico e para as organizações que se originam da natureza institucional que passa a assumir o Estado.

Nesse contexto, no plano educacional, o governo militar-autoritário, sob pressão social, buscou aumentar a produtividade das universidades públicas com a adoção de princípios administrativos empresariais, além de, desde o início, acenar com uma tendência de privatização educacional. Procuravam, também, edificar um sistema de pós-graduação para a consolidação da segunda revolução industrial realizada no único país da América Latina. Mostram essas afirmações os decretos-lei baixados pelo Estado brasileiro, bem como os diversos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), que supervisionou e financiou parcialmente a economia brasileira nos primeiros governos militares. Daí decorreu a denominada reforma universitária de 1968<sup>8</sup>, bem como a reforma do ensino de 1º e 2º graus de 1971 (Lei 5.692) que, num ímpeto alucinado do legislador, torna o ensino médio exclusivamente profissionalizante, com o objetivo não só de formação de mão-de-obra para o sistema de C&T que se formava, mas também para sustentar o capital industrial nacional. Neste breve *constructo teórico* aqui desenvolvido, já se pode antever a cultura mercantil posta a serviço da economia e da ciência e tecnologia, ainda que com outra forma histórica, mas que manteve sua regularidade até o momento atual, ainda que a aparência se mostre muito distinta. Esta regularidade é o eixo de sustentação das diferentes temporalidades históricas presentes na reforma do Estado e da educação superior de FHC-Lula.

No entanto, a megalomania militar expressa no projeto político para o País mostrou-se de pronto. Quando a ausência de poupança nacional conjugada com a crise do predomínio do projeto político da social-democracia em âmbito internacional tornou-se presente no Brasil, o crepúsculo do milagre econômico fez-se sombrio, colocando a potência da crise social na iminência de um ato realizado. Essa crise foi politizada com a redemocratização dos anos 1980, em um processo de transição do poder político das mãos dos militares para as dos civis, e de um regime ditatorial para uma *quase democracia*.

A contradição entre, de um lado, um profundo *déficit* social e produtivo e, de outro, a redemocratização do poder, produziu a referida politização da crise econômica. Esse movimento enfraqueceu os movimentos sociais e as associações e organizações políticas de mediação entre o Estado e a sociedade civil, possibilitando

8. Lei 5.540, que instituiu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dentre outras razões, para fortalecer o formato institucional universidade e subsidiar o capital industrial nacional – o que parece fazer muito sentido de continuidade ou condensação de temporalidades históricas, se bem analisarmos o propalado *pacto social* de Lula.

o ajuste socioeconômico, político e cultural do início dos anos noventa, necessário para superação da crise capitalista assentada nas propostas social-democratas predominantes no século XX, que se fizeram presentes no Chile e em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e na América Latina.

Por outro lado, a criação do sistema de pós-graduação por meio do fortalecimento das universidades federais alimentou o sistema industrial até o momento da “virada financeira” do Governo Sarney, no que se refere às “áreas duras”, mas, em relação às ciências humanas, o sistema possibilitou, contraditoriamente, um sem-número de pesquisas que buscavam mostrar o buraco em que os militares colocavam o Brasil e alimentou muitos dos movimentos sociais (aqui, destaco o movimento docente que criou a Associação dos Docentes de Ensino Superior, depois transformada em sindicato o ANDES-SN) que se desenvolveram na década de 1980 e assumiram um novo posicionamento político, enviesado pelo neopragmatismo, com o ajuste do início da década de 1990<sup>9</sup>, na forma das ONGs ou, de forma mais ampla, com a emergência do *Terceiro Setor*. A clara inspiração de uma cultura mercantil e uma orientação neopragmática, no contraditório movimento da realidade da instituição universitária é uma forte hipótese para a orientação que tomou a maioria das pesquisas nas ciências humanas; assim, pode-se inferir que, além da crise do financiamento das universidades, o modelo de universidade brasileira e sua cultura deveriam ser mudados: daí a crise da instituição universitária atual, aquela que não se roçou aos determinismos pragmáticos e mercantis impostos com a reforma universitária de 1968, atualizados por Paulo Renato, Cristovam Buarque e Tarso Genro na virada dos séculos XX e XXI.

Diante dos supostos que escolhemos para nos orientar, como mostramos no início deste texto, convém destacar que essa cultura produzida há quarenta anos foi sendo atualizada com continuidades e rupturas por meio dos processos de apropriação e objetivação, tornando-se uma materialidade, ao produzir o que mostramos no período mais recente, com FHC e Lula.

O ajuste do início da década de 1990 constituiu-se em radicais transformações nas formas de produção da vida humana em todas as suas dimensões, em razão da própria racionalidade da formação econômico-social capitalista. A base produtiva altera-se de forma significativa por meio do desenvolvimento científico, a economia em sua dimensão micro reestrutura-se, em face de seu próprio movimento e do ocorrido com a mundialização no âmbito macro, transformando de forma radical as relações entre as grandes corporações, bem como o seu paradigma organizacional e de gestão. No âmbito político, a esfera pública restringe-se e desregulamenta-se, num primeiro momento, para regulamentar-se novamente, em seguida, e assim

9. Exemplificam esse movimento as diversas tendências de que se constitui o movimento docente e que muito o enfraquecem.

possibilitar a expansão da esfera privada, num movimento com origem no Estado, mediante reformas estruturais orientadas por teorias gerenciais próprias do mundo dos negócios, ao invés de se pautar por teorias políticas relacionadas à cidadania, ainda que calcadas na concepção liberal.

Nesta nova etapa histórica, a ciência, a tecnologia e a informação, de que se servia o capital em fases anteriores, tornam-se suas forças produtivas centrais desenvolvidas sob seu monopólio. O dinheiro converteu-se no principal móvel econômico, em razão do modo de reprodução ampliada do capital concretizado pelo sistema financeiro pela mundialização do mercado. As corporações transnacionais assumiram o centro de poder em nível planetário, em detrimento dos anseios da sociedade civil, que supostamente se expressariam no Estado Nacional, tendo como escudos organizações financeiras como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, etc.

Decorrências e componentes estruturais dessa nova fase adquirem dimensão cada vez mais ampla: o desemprego, a desestatização/privatização do Estado e a terceirização da economia, legitimados pelas concepções ultraliberais, provocando intenso processo de mercantilização de espaços sociais, especialmente o da educação, com destaque para a instituição universitária, e a continuidade, mais do que rupturas, de sua cultura mercantil (Cf. SGUISSARDI; SILVA JR, 2001).

Esse processo de mercantilização provocou densas mudanças no *ethos* das instituições educacionais, especialmente na instituição universitária, por meio de suas relações com a sociedade e por meio das reformas educacionais assentadas no trabalho abstrato, nessa nova forma histórica do capitalismo mundial e brasileiro, ou melhor: tendo-o como eixo central de sua estruturação e organização. Nesse momento as relações entre capital e trabalho conformam um campo novo na esfera trabalho-educação: o das pedagogias cognitivas e da polissêmica noção de competência; a um só tempo, a educação assume a centralidade nos discursos de gestores políticos, empresariais, de educadores, e a mídia, em todas as suas modalidades, com raras exceções, fez coro aos entusiásticos discursos.

Dado o quadro delineado no parágrafo anterior, é possível melhor compreender as propostas de Roberto Amaral para o sistema de C&T e sua relação com o sistema educacional, bem como a historicidade do momento atual. Tendo como materialidade o quadro anteriormente traçado, os trabalhadores são seduzidos por tal centralidade e assumem uma postura de buscar tornarem-se capazes e empregáveis por meio da educação. Suas qualidades subjetivas parecem apresentar-se a eles como mercadoria, algo objetivo, adquirida por algum meio para que ele se torne empregável numa sociedade cada vez mais sem emprego em face da ruptura da racionalidade histórica do momento brasileiro que finda. No âmbito da educação superior, inicia-se uma nova onda de expansão e diversificação em todos os seus níveis e modalidades: os cursos sequenciais proliferam-se, os *Master Business*

*Administration* tornam-se objeto de busca de todo graduado; por isso, a graduação em si desvaloriza-se, segundo os valores de uma cultura mercantil. Isso implica dizer que surge um novo e promissor mercado na educação superior: na graduação, os cursos seqüenciais; a própria pós-graduação, que traz conseqüências para as atuais políticas de pós-graduação e sua respectiva avaliação, bem como para sua concretização no âmbito dos programas; e, sobretudo, a nova matriz avaliativa dos programas. Tais políticas contribuem com o perverso processo que culpa o trabalhador pelo seu fracasso no mercado de trabalho ou lhe atribui sucesso pela sua empregabilidade, em face de sua qualificação propiciada pela educação em geral, mas especialmente aquela conferida pela universidade.

Como se pode observar, a partir da segunda metade da década de 1990, vários traços culturais que fundam as relações sociais brasileiras repõem-se sob nova forma histórica. O viés tecnicista da educação brasileira, complementado por supostos pragmáticos como meio para consecução do desenvolvimento, revela-se num pacto social, conforme anunciam Vogt e Amaral no início deste texto; para a concretização do crescimento da economia nacional e do capital produtivo articulado com o capital financeiro, em vez de uma ditadura — o que, segundo os tecnocratas prepostos dos militares, proporcionaria bem-estar para os cidadãos —, temos uma democracia com um regime *hiperpresidencialista*, cujas instituições estatais intervêm em favor do capital nacional com o mesmo objetivo de anos que não podemos esquecer. Em acréscimo, dadas tais mudanças decorrentes da condensação das diferentes temporalidades históricas, temos uma sociedade civil cuja política de organização tem em seu centro a utilidade e adaptação, em vez da verdade histórica. Isto é, uma cultura que busca a solução de contradições estruturais por meio do consenso, para frear uma transformação mais radical.

Rupturas também estão apresentadas — como se pode ler nesta sintética recuperação das continuidades e discontinuidades em nossa história recente — ilustradas pela descontinuidade dos movimentos sociais que reivindicavam políticas públicas para o atendimento do *déficit* social e produtivo da década de 1980, quando, hoje, *organizações não governamentais* reivindicam, por meio de projetos, verbas — públicas ou não, nacionais ou não — para realizarem o que antes era considerado direito social subjetivo do cidadão. A qualificação e a formação profissionais são exemplos bem acabados dessa ruptura: a Central Única dos Trabalhadores, por exemplo, faz uso de forma intensiva das verbas do *Fundo de Amparo ao Trabalhador* para esse fim, bem como *organizações não governamentais* também o fazem. Trata-se, como se pode notar, no momento atual, de uma realidade muito complexa, constituída por condensação de múltiplas realidades históricas, portanto de difícil apreensão: aparenta ser como uma “segunda natureza”, como diria Lukács, a nos iludir e também aos liberais convictos e não oportunistas, seguidores dos ideais de John Locke.



No âmbito superestrutural, as políticas públicas para o social, com destaque para a instituição universitária, outrora de demanda da sociedade civil, tornaram-se políticas de oferta assentadas num orçamento orientado pelas agências multilaterais e por um Congresso Nacional fisiológico, de um lado; de outro, de demanda do capital nacional, com destaque para o industrial, fato possível dada a reforma do Estado e os fatores anteriormente delineados. Destaque-se, ainda, o *Programa Universidade para Todos*, que busca equilibrar a precária situação da maioria das instituições privadas de educação superior (setor com 35,7% de vagas ociosas contra 5% do setor público), por meio do financiamento de vagas em universidade privada aos alunos carentes, em troca de isenção fiscal. Tal fato, ínfimo, dentre o que expusemos até então, já mostra os fundamentos culturais que embasam as orientações políticas da reforma mercantil da instituição universitária. O *Programa Universidade para Todos* é um simulacro que busca atender a uma demanda social por meio de uma política econômica. Senão, vejamos:

O diagnóstico do MEC é o seguinte: o governo já concede (2004) às instituições filantrópicas de ensino superior isenção fiscal no valor de R\$ 839,7 milhões/ano. É dinheiro que o Estado deixa de arrecadar – R\$ 634 milhões em contribuições previdenciárias e R\$205,7 milhões em impostos que seriam recolhidos pela Receita Federal. São gastos ainda R\$829 milhões no financiamento a alunos da rede privada (FSP, 12/04/2004). Hoje, as instituições privadas sem fins lucrativos são as filantrópicas, as comunitárias e as confessionais. As filantrópicas têm 100% de isenção fiscal, pagando apenas o PIS e a COFINS sobre receitas financeiras e o INSS dos funcionários. A contrapartida exigida é a aplicação de 20% da receita bruta em “gratuidade” (bolsas aos alunos). As comunitárias e confessionais têm 60% de isenção e pagam o INSS patronal. Acrescente-se, ainda, R\$610 milhões enviados às federais para sua manutenção – a ANDIFES afirma necessitar mais de R\$66 milhões para pagar o básico. Na gestão de Cristovam Buarque estimou-se entre R\$800 milhões e 1 R\$ Bilhão *para dobrar as matrículas nas federais*.

Nessas condições surgiu o *Universidade para Todos*: seriam beneficiados estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo vindos da rede pública de ensino – haveria percentual e vagas para negros e índios. As instituições *com fins lucrativos* – que hoje pagam todos os encargos - que aderissem ao programa, deixariam de pagar PIS, COFINS, IRRJ e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido). Em contrapartida, ofereceriam 10% das vagas ao programa. As

*sem fins lucrativos* mantêm a isenção e, estando no programa, têm que oferecer 20% de suas receitas em vagas. Resumindo: o MEC teria *custo zero*, no caso das filantrópicas e, no máximo R\$200 milhões – referentes às isenções às instituições privadas com fins lucrativos – se todas as demais aderissem, segundo dados da *Folha de São Paulo*, de 13/04/2004 (CATANI e SILVA JR, 2004, p.44).

A forma histórica atual do capitalismo brasileiro produziu uma regulação social que busca a “nova institucionalidade”, assentada na cultura do consenso entre antagonísticos por meio de política de negociação, submetida à política econômica assumida desde o início da década de 1990, mas que se estrutura institucionalmente com FHC e reivindica realização acentuada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e que se expressa nas políticas para as instituições de educação superior, especialmente para as universidades, carregando os traços culturais presentes na esfera educacional durante os governos militares como o eixo de continuidade. Infelizmente, nossa saudosa universidade-consciência de seu tempo histórico como fundamento de sua cultura cede lugar a uma instituição prestadora de serviços, produtora e organizadora de dados para o mercado e formadora do *indivíduo ativo e apático*. Esta é a identidade da Instituição Universitária que estamos produzindo por meio da cultura mercantil.

#### Referências bibliográficas

- AMARAL, Roberto. A revolução possível – construir o conhecimento é prioridade. *Revista Pesquisa*. São Paulo: FAPESP, n.85, mar./2003, p.60-61.
- CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JR, João dos Reis. Com a bola quadrada. *Reportagem – revista da oficina de informações*, ano V, n. 56, 2004, p.43-45.
- HOBBS, Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Coleção *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979
- LOCKE, John. Ensaio sobre o Entendimento Humano. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- LOCKE, John. Segundo Ensaio sobre o Governo. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- LUKÁCS, György. *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1983.
- LUKÁCS, György. *Prolegomeni all'ontologia dell' essere sociale*. Milão: Guerini e Associati, 1990.
- ROSSLER, João Henrique. *Sedução e modismo na educação: processos de alienação na difusão do ideário construtivista..* Tese (Doutorado). 2003. Unesp, Araraquara (Orientada por Newton Duarte).

SGUISSARDI, Valdemar e SILVA JR, João dos Reis. *As novas faces da educação superior no Brasil – reforma do estado e mudanças na produção*. São Paulo: EDUSF e Cortez Editora, 2001.

SILVA JR, João dos Reis. *Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Editora Xamã, 2003.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, n. 33, jun 2001.

VOGT, Carlos. Indagações por um novo humanismo – o imperativo da ética num mundo pragmático. *Revista Pesquisa FAPESP*, n.85, mar. 2003, p.58-59.